

Código Florestal não passou pelo Congresso para ser aprovado.

Alexandre Lopes Kireeff, presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP), também declarou que “passou a hora de discutirmos essas questões, porque tanto a produção de alimentos como as ações de preservação ocorrem no mesmo espaço, o que transforma em obrigação a participação dos produtores na discussão”.

Se a legislação ambiental for aplicada à risca, 68% do território nacional estarão bloqueados. Resta para todos os usos - sejam eles urbanos, industriais, agrícolas e de transporte - apenas 32% do País, revelou recente estudo da Embrapa. O Brasil já utiliza área muito superior a essa.

Já em Ribeirão Preto, os impactos da crise econômica são, no momento, as maiores preocupações. Não que a questão ambiental também não seja preocupante, mas como afirmou recentemente o professor do Pensa-USP, Samuel Giordano, “o produtor no vermelho não pode cuidar do verde”.

Na reunião com o presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto, Joaquim Augusto de Azevedo Souza, junto com as lideranças rurais da região, sentimos a precária situação da pecuária. O produtor está indignado com os pedidos de recuperação judicial, pois além de estar sem receber, paga a conta pela má administração de alguns frigoríficos. A lei deve dar mais equilíbrio aos pagamentos das empresas em recuperação judicial, para que o pecuarista não seja o último da fila.

Os produtores de Ribeirão também demonstraram preocupação com as dificuldades de pagamento pela matéria-prima nos segmentos sucoalcooleiro e de laticínios. Chamaram a atenção para os entraves na liberação do crédito rural nos bancos oficiais e alertaram sobre maior segurança jurídica contra as invasões do MST.

Com base neste diagnóstico da conjuntura do agro, a SRB recomenda cautela ao produtor, mas lembra também que, em meio à crise, o agronegócio brasileiro caminha em seu processo evolutivo de profissionalização da atividade. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

## Opinião

# Censo paulista



João Sampaio\*

COMO A informação se torna cada vez mais o principal insumo do produtor, o governo do estado de São Paulo acaba de lançar o Censo Agropecuário Paulista. *online*, para consulta de qualquer cidadão. A última edição foi há doze anos.

O Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa) envolveu o trabalho de quase três mil profissionais da Secretaria de Agricultura e da parceria com técnicos agrícolas das prefeituras municipais. Foram investigadas 324.720 unidades produtivas. O trabalho fornece um amplo quadro da nossa agropecuária, nos mais variados aspectos, desde a área dos estabelecimentos rurais e produção até as tecnologias empregadas.

As unidades produtivas somam cerca de 20,5 milhões de hectares ocupados com atividade agrícola ou de proteção natural. Muitos dados curiosos brotam do censo e alguns mitos são derrubados sobre a performance da agricultura paulista. Por exemplo, a área com lavouras, em hectares, que na década de 30 oscilava ao redor de 10 milhões, ficou acima de 20 milhões nos anos de 60 e 70. Hoje, terminada a expansão da fronteira agrícola no estado, permanece nos 20 milhões, com os contornos bem definidos dessa fronteira.

O grande ponto favorável: em São Paulo não há concentração de terras. A sua reforma agrária se dá pelo processo produtivo. No último levantamento (1995/96), a área

média era de 72 hectares, agora chega a 63 hectares. Isso representa um decréscimo de 13% no tamanho da propriedade. E mais, cerca de dois terços das propriedades têm até 500 hectares, o que mostra a prevalência dos médios produtores rurais.

A ocupação do solo pelas culturas também mudou. A evolução passou de 16% para 25% entre 1933 e 1975. Naquela época o uso do solo se dava baseada no desmatamento das áreas de vegetação natural. Como demonstração da evolução do agricultor quanto à proteção ao meio ambiente, hoje o quadro é completamente diferente. Embora as áreas com lavouras representem 44% do total, a cobertura de vegetação natural cresceu de 10% para 12%, com redução na área de pastagem de 51% para 39%. As lavouras expandem-se sobre áreas de pastagens degradadas.

Com queda de 12% no número de cabeças entre os dois censos, o rebanho paulista dá mostras de intensificação da pecuária, de uma média de 1,2 para 1,4 animal por hectare. Há também um aumento no número de confinamentos no estado. A integração cana/pecuária, com utilização do bagaço como alimentação animal, é cada vez mais um modelo da produção paulista.

Hoje, a cultura mais freqüente na agricultura paulista é a cana-de-açúcar (31% das unidades de produção agropecuária), ocupando o lugar do milho, que apareceu em mais de 30% das unidades de produção agrícola no levantamento anterior. Outras culturas que também apresentaram acréscimos de área e ganharam posições no *ranking* foram a seringueira, o eucalipto, o *pinus*, a mandioca e o trigo.

Com a apresentação do Censo Agropecuário Paulista, o governo do estado disponibiliza uma ferramenta indispensável aos diagnósticos e projetos voltados ao desenvolvimento do setor rural, contribuindo para a oferta de alimentos e matérias-primas e geração de renda e emprego. Um importante instrumento para que os produtores saibam como eles são, o que plantam e onde, além de outros aspectos da sua performance na propriedade. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo